

Conversa precipitada e irresponsável

CARLOS CHAGAS

Começou esta semana, em Brasília, uma conversa no mínimo irresponsável, da qual tem participado pouca gente do PMDB, muita gente do PDT (o que ainda deixa os peemedebistas em maioria) e até, ironicamente, dirigentes do PDS. Trata-se da antecipação das eleições presidenciais, seja para o fim de 1987, logo que terminados os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, seja para antes.

A irresponsabilidade está na forma, não no fundo. É claro que a nação inteira anseia, como ansiava, pelo direito de eleger o seu presidente da República. Ainda mais agora. O que não dá para entender é como se pretenda, no aceso da comoção, fixar parâmetros que contrariem compromissos básicos superiores aos da Aliança Democrática, já por si mesma amplamente majoritária e, por sinal, não integrada nem pelo PDT nem pelo PDS. Porque Tancredo Neves e as direções do PMDB e do PFL não poderiam ter sido mais claros no seu entendimento, preliminar para outros, não escritos mas, igualmente, celebrados. Antes que sobreviesse a fatalidade para o presidente, ficou acertado entre ele, os partidos, as Forças Armadas e outros segmentos que o atual mandato seria de quatro e não de seis anos, como determina a Constituição, mas jamais menor. E

isso, não obstante dever a Assembléia Nacional Constituinte reunir-se em 1987. Ela é soberana, mas mais ou menos. Até na teoria se discute a hipótese de seus integrantes podem desfazer o acordo e promover a antecipação. Afinal, eles serão condecorados por um poder estável, constitucional e que detém mandato. Não nascerão na ruptura da ordem jurídica anterior nem do caos. Eles, no entanto, só eles, se puderem. Depois que soubermos quem serão e como se reunirão, eleitos apenas em novembro do ano que vem. Jamais agora. Muito menos por meio daqueles que, no máximo, são candidatas a constituintes e não fornecem a menor certeza de virem a sentar-se na Assembléia. Surpresas devem acontecer em termos de representação.

A irresponsabilidade não está apenas nessa precipitação, em especial verificada em meio ao drama de Tancredo Neves e à angústia nacional. Tem raízes mais profundas. Esquecem-se os precipitados pseudo-constituintes de que outro time está em campo. Um time aparentemente derrotado e que refluiu para sua própria área, mas em ordem. Levando seus instrumentos de trabalho, que não são chuteiras, calções ou bolas. Os militares tiveram de engolir muitos sapos, não vindo ao caso, hoje, emitir juízos de valor sobre o seu comportamento nos últimos 21 anos. Haverá que lamentar, é claro, sua

interferência indébita na vida política e institucional do País, sua intrusão em assuntos que não lhes dizem respeito e a falência de seus governos ditos revolucionários. Mas não refluiram em fuga nem desarticulados, sob os acordes do toque de horror ou do salve-se quem puder. Refluiram amargos mas cadenciados, entoando hinos patrióticos e ao som de bandas marciais. Contrariados, frustrados, porém unidos. E prevenidos, tomando-se o termo mais no seu sentido de prevenção do que de precaução. Está tudo bem, os tempos são outros; a hora é de olhar para o futuro, construir coisa nova, mas...

Mas é evidente que estão de olho. O ex-presidente Ernesto Geisel, ainda esta semana, comentou com Paulo Bellotti, diretor da Petrobrás e seu velho amigo, que os militares não permitirão a redução do mandato de José Sarney, caso se configure sua transformação de substituto em sucessor. Aceitaram que o período administrativo passasse de seis para quatro anos, mas é bom não falar com eles em três anos. Muito menos em dois.

Sinais mais do que óbvios foram dados pelo ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, nas sucessivas vezes em que se referiu à fidelidade castrense à Constituição. Nem será preciso falar de sua atuação na madrugada de 15 de março, quando desfez dúvidas com relação à

aceitação da posse de José Sarney, precisamente por lembrar o compromisso constitucional. Qualquer aluno de curso primário, mas que o tenha cursado de verdade, sabe que esse compromisso também envolve mudanças no texto da Constituição, anteriores à Assembléia Nacional Constituinte, pela aplicação do poder derivado que possuem todos os Congressos, ou promovidas por ela, legalmente instalada. Mas há, entre a legalidade e a presença castrense, algo que só a experiência ensina, ou melhor, algo que fica muito mais fácil a quem tem experiência entender: os limites. E os limites que se traçam as Forças Armadas estão evidentes.

Fim do regime revolucionário, ou do processo revolucionário, sim. Os fatos já o demonstram. Aceitação da Nova República, também. Afinal, ela deu aos quartéis o motivo que esperavam para retirar-se da política, depois do fracasso de duas décadas. Mas atropelos ou queima de etapas, não.

É preciso falar mais claramente. Eleição direta ou mesmo indireta, antes da hora acertada por um pacto político muito mais amplo do que o documento firmado em 7 de agosto pelo PMDB e o PFL, de jeito nenhum. E por uma razão (dos militares) linear: não há clima para aceitação da candidatura do engenheiro, se posta este ano, no ano que vem ou,

mesmo, em 1987. Depois de quatro anos, quem sabe, ainda que a esperança (deles) seja por um eclipse do governador Leonel Brizola. Ou quem com ele se pareça ou provenha das mesmas fontes ou origens.

Uma coisa é o plano das teorias e das idéias, outro o plano dos fatos e da realidade. Não é por causa da ebulição das campanhas eleitorais, precipitadas ou efetuadas mais tarde, que os militares se insurgem. Teriam condições de suportar, como já tiveram e suportaram, ao longo de 1984, agressões verbais e promessas de ajuste de contas, justas ou injustas. Sabem muito bem que a opinião pública levará tempo para absorvê-los como os havia absorvido até que comessem, depois de 1964, a subverter a ordem e a impor práticas autoritárias. A gerir o Estado como se fosse coisa sua, até mesmo fazendo vista grossa a práticas de corrupção, para dizer o mínimo. Não foi o estamento militar, não foi a instituição Forças Armadas que assim agiu. Foram maus chefes, ou chefes ingênuos, mas tanto faz, já que o produto final ficou o mesmo. Alhos terminaram confundidos com bugalhos. Sobre o que não pode haver confusão, no entanto, é sobre a realidade: a ação irresponsável de um lado fatalmente despertará a reação não menos condenável do outro. Para tudo, sempre foi preciso tempo.